

# Questão assistencial

22 SET 1989

**S**uplantando susceptibilidades partidárias e ideológicas, que de-fato devem ser suplantadas em circunstâncias como as deste caso, parlamentares da Comissão de Orçamento da Câmara, em votação realizada na noite de anteontem, impediram a virtual paralisação dos programas em curso no âmbito da Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (Sehac). Entre estes programas figura a conclusão de 232 mil casas populares em todo o País, cuja consecução achava-se ameaçada por falta de dotação orçamentária.

Na emergência do quadro crítico vivido pelo País, a preservação dos programas de distensão social é algo em relação ao que não se deve hesitar. A magnitude dos programas de caráter assistencial empreendidos pelo atual Governo responde, sem nenhuma dúvida, pelo fato de que vimos transitando pela enorme crise econômica sem que ela tenha produzido repercussões políticas significativas. Uma crise como a nossa, com a inflação no patamar onde se encontra, na ocorrência de um quadro de avareza quanto aos dispêndios assistenciais, não passaria incólume pelo processo político. Distúrbios políticos como os que se acham potencializados pelas imensas dificuldades vividas pelos estratos sociais periféricos do País causariam, por sua

vez, lesões graves na economia, fazendo com que a crise se retroalimentasse, enrijecendo-se e tornando muito mais difícil a situação a ser transferida ao próximo governo.

Não podem faltar recursos, nesta hora, para os programas que visam a temporizar a situação de dificuldades vividas por milhões de pessoas às quais o processo econômico marginalizou. O País tem, em relação a elas, uma dívida irresgatável. São pessoas excluídas das oportunidades que deveriam ser iguais para todos. Oportunidades quanto ao acesso à educação e à saúde, por exemplo, sem as quais é, virtualmente, nula a sua inserção no mercado profissional. Não tendo sido iguais no acesso a direitos que o Estado tem a obrigação de garantir, elas têm de ser desiguais no tratamento assistencial que recebem, isto é, em relação a elas, e não em relação a todos, o Estado assistencialista tem uma justificação ética inquestionável.

Por ser este o quadro, era incompreensível a situação de penúria a que chegou a Sehac por lhe faltarem os recursos que, legalmente, deveria auferir das loterias. O Orçamento da União, agora alterado para contemplar dotações indispensáveis ao órgão, vem remover a crise e assegurar um certo nível de distensão no quadro social crítico.